

Autopista Litoral Sul S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração.



Autopista Litoral Sul S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Litoral Sul S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas

são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do ativo intangível ao seu valor recuperável

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e obras realizadas nas rodovias e representa 94% do total do ativo. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Sociedade, que realiza obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas, para avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Sociedade, em especial àquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa 2 "Concessões" que evidencia a natureza da concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos, e na nota explicativa 10 "Intangível", que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e

comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de fevereiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.373	39.335	Empréstimos e financiamentos	12	60.622	54.795
Contas a receber	6	14.917	12.463	Contas a pagar - partes relacionadas	14	43.283	251.809
Contas a receber - partes relacionadas	14	37	2.431	Fornecedores	13	21.842	44.476
Impostos a recuperar		4.808	4.907	Obrigações sociais		7.709	7.579
Despesas antecipadas		1.759	3.635	Obrigações fiscais		6.684	12.806
Outros créditos		1.440	1.209	Cauções contratuais	13	19.380	16.230
Total do ativo circulante		<u>39.334</u>	<u>63.980</u>	Taxa de fiscalização		961	913
				Sinistros recebidos		-	798
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	8	24.643	22.757	Provisão para manutenção em rodovias	16	14.600	19.098
Contas a receber	6	221	220	Provisão para investimentos em rodovias	16	-	23.595
Despesas antecipadas		3.989	4.209	Outras contas a pagar		<u>3.873</u>	<u>4.335</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	47.401	33.916	Total do passivo circulante		178.954	436.434
Depósitos judiciais	16	51.128	70.314				
Imobilizado	9	2.162	2.148	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	10	2.500.015	2.041.627	Empréstimos e financiamentos	12	502.231	550.689
Diferido	11	3.412	6.183	Contas a pagar - partes relacionadas	14	780.430	500.280
Total do ativo não circulante		<u>2.632.971</u>	<u>2.181.374</u>	Provisão para manutenção em rodovias	16	57.421	60.121
				Provisão para investimentos em rodovias	16	20.319	-
				Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	16	10.006	7.405
				Obrigações fiscais		<u>10.465</u>	<u>-</u>
				Total do passivo não circulante		1.380.872	1.118.495
				Total do passivo		1.559.826	1.554.929
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17	1.188.296	739.996
				Prejuízos acumulados		<u>(75.817)</u>	<u>(49.571)</u>
				Total do patrimônio líquido		1.112.479	690.425
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.672.305</u></u>	<u><u>2.245.354</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.672.305</u></u>	<u><u>2.245.354</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	770.615	689.611
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(699.200)	(625.628)
LUCRO BRUTO		<u>71.415</u>	<u>63.983</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19	(28.122)	(31.100)
Remuneração da Administração	14	(1.946)	(1.868)
Tributárias		(6)	(24)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>1.127</u>	<u>50</u>
		<u>(28.947)</u>	<u>(32.942)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>42.468</u>	<u>31.041</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	7.228	5.211
Despesas financeiras	20	<u>(89.427)</u>	<u>(104.451)</u>
		<u>(82.199)</u>	<u>(99.240)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(39.731)</u>	<u>(68.199)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Diferidos	7	13.485	23.159
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(26.246)</u>	<u>(45.040)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	22	<u>(0,0284)</u>	<u>(0,0874)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(26.246)	(45.040)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(26.246)</u>	<u>(45.040)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2016		388.996	-	388.996	(4.531)	384.465
Prejuízo do exercício		-	-	-	(45.040)	(45.040)
Aumento de capital		393.000	(42.000)	351.000	-	351.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		781.996	(42.000)	739.996	(49.571)	690.425
Prejuízo do exercício		-	-	-	(26.246)	(26.246)
Aumento de capital	17	506.000	(57.700)	448.300	-	448.300
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.287.996	(99.700)	1.188.296	(75.817)	1.112.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(26.246)	(45.040)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19	92.904	68.229
Baixa de ativos permanentes	9 e 10	1.275	4.889
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(13.485)	(23.159)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(2.320)	(2.560)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	14	52.579	63.105
Juros e variações monetárias de empréstimos		34.440	36.588
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	20	(2.706)	1.054
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	4.836	7.101
Constituição de provisão para manutenção	19	21.772	11.480
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(2.455)	476
Contas a receber - partes relacionadas		2.394	(2.431)
Despesas antecipadas		2.096	(3.902)
Impostos a recuperar		2.032	(3.942)
Outros créditos		34	(223)
Depósitos judiciais		6.573	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(10.739)	(8.320)
Fornecedores - partes relacionadas		307	744
Cauções contratuais de fornecedores		(1.299)	(3.193)
Obrigações sociais		130	283
Obrigações fiscais		(20.159)	1.781
Sinistros recebidos		-	(1.738)
Outras contas a pagar		11.225	(1.046)
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios		(2.235)	(601)
Pagamento de juros		(47.144)	(55.815)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>103.809</u>	<u>43.760</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	9	(624)	(714)
Aquisições de itens do intangível	10 e 21	(522.920)	(409.788)
Aplicação financeira vinculada		(2.984)	(7.489)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		1.485	4.252
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(525.043)</u>	<u>(413.739)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de empréstimos e financiamentos		-	82.067
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(50.798)	(41.424)
Risco sacado		770	3.483
Aumento de capital	17	448.300	351.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>398.272</u>	<u>395.126</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(22.962)</u>	<u>25.147</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		39.335	14.188
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		<u><u>16.373</u></u>	<u><u>39.335</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITAS			
Prestação de serviços	18	316.308	263.932
Receita dos serviços de construção	18	479.054	447.060
Outras receitas		5.098	4.063
		<u>800.460</u>	<u>715.055</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(50.213)	(46.556)
Custo dos serviços de construção	19	(479.054)	(447.060)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(21.535)	(21.263)
Custo da concessão		(17.317)	(16.280)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	19	(21.772)	(11.480)
Outros		(9.368)	(13.642)
		<u>(599.259)</u>	<u>(556.281)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>201.201</u>	<u>158.774</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	19	(92.904)	(68.229)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		<u>108.297</u>	<u>90.545</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	20	7.228	5.211
Juros capitalizados	21	52.763	57.111
		<u>59.991</u>	<u>62.322</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>168.288</u>	<u>152.867</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		27.779	26.410
Benefícios		6.390	6.407
FGTS		1.954	1.932
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		(353)	(11.225)
Estaduais		11	1
Municipais		16.013	13.391
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		34.440	36.634
Juros capitalizados		18.912	17.308
Aluguéis		1.651	1.389
Outras		1.307	2.752
Remuneração de capitais próprios:			
Juros		52.579	63.105
Juros capitalizados sobre mútuos		33.851	39.803
Prejuízo do exercício		(26.246)	(45.040)
		<u>168.288</u>	<u>152.867</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont, 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do País para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$139.620 (R\$372.454 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2018.

2. CONCESSÕES

A Autopista Litoral Sul é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007.

A Sociedade está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR - 101/km 220 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 31 de dezembro de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$96.360 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$163.053 (R\$502.797 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$403.041 (R\$469.926 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 essas obras estão estimadas em R\$1.507.211 e R\$1.859.500 respectivamente.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta – TAC, com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente à R\$51.500 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras estão concluídas ou em andamento, seja na fase de projetos ou de obras iniciais.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social

diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de

gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 compreendem contas a receber (nota explicativa nº 6) e contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 14).

Ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados, no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados

ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem as aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 8).

Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12).

Outros passivos financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem saldos a pagar de fornecedores nacionais.

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

b) Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.4 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão ou pela vida útil (dos dois o menor), a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.5 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.7 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

a) Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

b) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

c) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.10 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.11 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

IFRSs novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação na IAS 39 sobre o <i>impairment</i> de ativos financeiros e contabilização de hedge continua aplicável
IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 15 substitui a IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 (CPC 30 (R1)), IAS 11 (CPC 17 (R1)), IFRIC 15 (ICPC 02) e IFRIC 18 (ICPC 11). A IFRS 15 especifica como e quando uma entidade reconhecerá receitas decorrentes de contratos e relacionamentos com clientes e exige que essas entidades forneçam divulgações mais detalhadas e relevantes para os usuários das demonstrações financeiras. Essa norma estabelece em um único documento princípios de reconhecimento aplicável a todos os tipos de receitas de contratos e/ou relacionamento com os clientes.
IFRS 16 - Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes Norma e Interpretações quando estiver em vigor: <ul style="list-style-type: none"> - IAS 17 Arrendamentos; - IFRIC 4 Determinação se um Acordo contém Arrendamento; - SIC-15 Arrendamentos Operacionais – Incentivos; e - SIC-27 Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
<p>Alterações à IFRS 2 Classificação e Mensuração de Transações de Pagamento Baseado em Ações (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)</p>	<p>As alterações esclarecem o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ao estimar o valor justo de um pagamento baseado em ações liquidado à vista, a contabilização dos efeitos das condições de aquisição e de não aquisição de direito devem seguir a mesma abordagem de pagamentos baseados em ações liquidados em ações. 2. Se uma lei ou regulamento fiscal requer que uma entidade retenha um número específico de instrumentos de patrimônio igual ao valor monetário da obrigação fiscal do funcionário para atender ao passivo fiscal do funcionário que é remetido para a autoridade fiscal (normalmente em dinheiro), ou seja, o acordo de pagamento baseado em ações tem uma ‘característica de liquidação pelo valor líquido”, esse acordo deve ser totalmente classificado como um pagamento liquidado em ações, desde que o pagamento baseado em ações tenha sido classificado como liquidado em ações, mas não incluído na característica de liquidação pelo valor líquido. 3. Uma modificação de um pagamento baseado em ações que muda a transação de liquidada à vista para liquidada em ações deve ser contabilizada da seguinte forma: <ol style="list-style-type: none"> (i) o passivo original é baixado; (ii) o pagamento baseado em ações e liquidado em ações é reconhecido ao valor justo do instrumento de patrimônio na data da modificação, na medida em que os serviços tenham sido executados até a data de modificação; e (iii) qualquer diferença entre o valor contábil do passivo na data da modificação e o valor reconhecido no patrimônio líquido deve ser imediatamente reconhecido no resultado.
<p>Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)</p>	<p>As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto. IAS 28 e IFRS 10</p>

A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IFRS 16, em que a Sociedade entende que o maior impacto produzido por essa norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a rodovias e a alugueis de edifícios e equipamentos, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Sociedade está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	4.876	3.920
Aplicações financeiras (*)	<u>11.497</u>	<u>35.415</u>
Total	<u>16.373</u>	<u>39.335</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,03% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	13.500	-	11.065	-
Cupons de pedágio a receber	38	-	249	-
Cartões de pedágio a receber	1.320	-	1.039	-
Receitas acessórias a receber	59	-	110	-
Outras contas a receber	-	221	-	220
Total	<u>14.917</u>	<u>221</u>	<u>12.463</u>	<u>220</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(39.731)	(68.199)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	13.509	23.188
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(24)	(29)
Total	<u>13.485</u>	<u>23.159</u>
Receitas de imposto de renda e contribuição social:		
Difêrido	13.485	23.159
	<u>13.485</u>	<u>23.159</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	153.303	110.388
Provisão de participação nos lucros	3.012	2.972
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	10.006	7.405
Outras provisões	2.887	1.546
Provisão para manutenção de rodovias	72.021	79.219
Amortização acumulada de obras futuras	(5.454)	(6.606)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(829)	6.655
Ajuste dos encargos financeiros (financiamentos)	(46)	(61)
Base de cálculo ativa	<u>234.900</u>	<u>201.518</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>79.866</u>	<u>68.516</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	18.699	12.414
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(10)	(6)
Base de cálculo passiva	<u>(95.484)</u>	<u>(101.765)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(32.465)</u>	<u>(34.600)</u>
Base de cálculo	<u>139.416</u>	<u>99.753</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>47.401</u>	<u>33.916</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2019	4.355
2020	4.533
2021	4.716
Após 2022	66.262
	<u>79.866</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta-corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$24.643 (R\$22.757 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 99,38% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2015	962	683	69	224	1.305	329	-	3.572
Adições	32	34	530	78	40	-	-	714
Transferências/Reclassificações	-	-	27	-	-	-	-	27
Alienações/baixas	-	(5)	(25)	-	(3)	-	-	(33)
Saldo em 31.12.2016	994	712	601	302	1.342	329	-	4.280
Adições	78	185	99	6	43	-	213	624
Transferências/Reclassificações	10	-	98	-	32	-	(213)	(73)
Saldo em 31.12.2017	<u>1.082</u>	<u>897</u>	<u>798</u>	<u>308</u>	<u>1.417</u>	<u>329</u>	<u>-</u>	<u>4.831</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2015	(492)	(360)	(69)	(100)	(581)	(63)	-	(1.665)
Depreciações	(83)	(102)	(99)	(36)	(115)	(33)	-	(468)
Alienações/baixas	-	-	-	-	1	-	-	1
Saldo em 31.12.2016	(575)	(462)	(168)	(136)	(695)	(96)	-	(2.132)
Depreciações	(89)	(125)	(121)	(48)	(120)	(34)	-	(537)
Saldo em 31.12.2017	<u>(664)</u>	<u>(587)</u>	<u>(289)</u>	<u>(184)</u>	<u>(815)</u>	<u>(130)</u>	<u>-</u>	<u>(2.669)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2016	419	250	433	166	647	233	-	2.148
Saldo em 31.12.2017	418	310	509	124	602	199	-	2.162
Taxas de depreciação - a.a.	9%	20%	20%	13%	12%	17%		

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.099.683	4.732	652.500	244	1.757.159
Adições	111.657	1.449	330.320	48.631	492.057
Transferências/Reclassificações	259.145	-	(210.389)	(48.631)	125
Alienações/baixas	(4.035)	-	(821)	-	(4.856)
Saldo em 31.12.2016	1.466.450	6.181	771.610	244	2.244.485
Adições	136.293	500	376.036	36.357	549.186
Transferências/Reclassificações	158.202	-	(133.499)	(24.630)	73
Alienações/baixas	(454)	-	(815)	(6)	(1.275)
Saldo em 31.12.2017	<u>1.760.491</u>	<u>6.681</u>	<u>1.013.332</u>	<u>11.965</u>	<u>2.792.469</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(134.343)	(3.371)	-	-	(137.714)
Amortizações	(64.378)	(614)	-	-	(64.992)
Transferências/Reclassificações	(69)	(83)	-	-	(152)
Saldo em 31.12.2016	(198.790)	(4.068)	-	-	(202.858)
Amortizações	(88.841)	(755)	-	-	(89.596)
Saldo em 31.12.2017	<u>(287.631)</u>	<u>(4.823)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(292.454)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.267.660	2.113	771.610	244	2.041.627
Saldo em 31.12.2017	1.472.860	1.858	1.013.332	11.965	2.500.015
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a obras em andamento tendo como principal construção a do Contorno de Florianópolis.

Litoral Sul S.A.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$52.763 (R\$57.111 em 31 de dezembro de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2017 foi de 9,02% ao ano (9,99% ao ano em 2016).

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	746	746
	<u>27.451</u>	<u>27.451</u>
Amortização acumulada	<u>(24.039)</u>	<u>(21.268)</u>
	<u>3.412</u>	<u>6.183</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	57.163	508.549	52.487	557.814
Risco sacado (b)	4.266	-	3.483	-
	<u>61.429</u>	<u>508.549</u>	<u>55.970</u>	<u>557.814</u>
Custo de transação	<u>(807)</u>	<u>(6.318)</u>	<u>(1.175)</u>	<u>(7.125)</u>
	<u>60.622</u>	<u>502.231</u>	<u>54.795</u>	<u>550.689</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2017	31.12.2016
(a)	Real	BNDES	TJLP + 2,32% a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	562.016	606.321
(a)	Real	BNDES	TJLP	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	3.696	3.980
(b)	Real	Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Avalacionistas	4.266	3.483
						<u>569.978</u>	<u>613.784</u>

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de R\$4.266 (R\$3.483 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	59.878
2020	64.851
2021	70.238
2022	76.072
A partir de 2023	<u>237.510</u>
	<u>508.549</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de R\$21.842 (R\$44.476 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$19.380 (R\$16.230 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	36	4
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Latina Manutenção de Rodovias (c)	-	2.427
Planalto Sul S.A.	1	-
Total	<u>37</u>	<u>2.431</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (d)	41.049	247.733
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	938	738
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Centrovias S.A. (a)	-	1
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	1.296	3.337
Total	<u>43.283</u>	<u>251.809</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	548.608	500.280
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (d)	231.822	-
Total	<u>780.430</u>	<u>500.280</u>

Contas de Resultado:	31.12.2017			31.12.2016		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)(e)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)(e)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(86.430)	(8.889)	-	(102.908)	(7.162)
Juros Capitalizados (*)	-	33.851	-	-	39.803	-
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Autovias S.A.	-	-	(1)	-	-	-
Centrovias S.A.	-	-	-	-	-	(2)
Planalto Sul S.A.	-	-	(1)	-	-	(4)
Fluminense S.A.	-	-	(1)	-	-	(1)
Régis Bittencourt S.A.	-	-	-	-	-	(55)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	(246)	-	-	(441)
Total	-	(52.579)	(9.138)	-	(63.105)	(7.665)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da “Holding”, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Refere-se ao adiantamento efetuado para a Latina Manutenção de Rodovias, com a finalidade de produzir materiais pétreos para a obra do Contorno Florianópolis.
- (d) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do “spread” de 1,4% ao ano para a 2ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais. Em 2017 houve a prorrogação do vencimento das debentures que passaram a ter o vencimento do principal e dos juros em 31 de março de 2018 para a 2ª emissão, 28 de abril de 2019 para a 3ª emissão, 3 de julho de 2019 para a 4ª emissão e 19 de agosto de 2019 para a 5ª emissão. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2015	31.03.2018	CDI + 1,40% a.a.	30.000	11.049	30.000	7.287
28.04.2015	28.04.2019	CDI + 1,50% a.a.	122.518	43.465	122.518	28.144
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,50% a.a.	20.000	6.601	20.000	4.152
19.08.2015	19.08.2019	CDI + 1,50% a.a.	30.000	9.238	30.000	5.632
			<u>202.518</u>	<u>70.353</u>	<u>202.518</u>	<u>45.215</u>

- (e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	4.000	5.136	4.000	4.354
17.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.420	5.000	5.443
25.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.568	2.000	2.177
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.271	8.000	8.709
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	7.703	6.000	6.532
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	10.000	12.839	10.000	10.886
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	10.000	12.839	10.000	10.886
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.420	5.000	5.443
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	17.000	21.826	17.000	18.506
10.06.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	15.000	9.545	15.000	7.320
10.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	30.000	18.068	30.000	13.710
08.10.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	35.000	20.719	35.000	15.668
24.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	40.000	21.295	40.000	15.881
05.03.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	25.000	12.917	25.000	9.567
01.04.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	15.185	30.000	11.194
09.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	35.000	17.197	35.000	12.586
20.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	20.000	9.488	20.000	6.883
02.03.2015	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	11.172	30.000	7.535
			<u>327.000</u>	<u>221.608</u>	<u>327.000</u>	<u>173.280</u>

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$39.034 (R\$43.306 em 31 de dezembro de 2016), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.284 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$662 relativo ao rateio da “Holding”, que totaliza R\$1.946 (R\$1.868 em 31 de dezembro de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no País.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$3.012 e R\$2.972.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2017</u>
Cíveis	373	1.881	(206)	(1.321)	727
Trabalhistas	385	1.325	(175)	(914)	621
Regulatórios (*)	6.647	2.212	(201)	-	8.658
Total	<u>7.405</u>	<u>5.418</u>	<u>(582)</u>	<u>(2.235)</u>	<u>10.006</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2016</u>
Cíveis	619	996	(719)	(523)	373
Trabalhistas	286	185	(8)	(78)	385
Regulatórios (*)	-	6.647	-	-	6.647
Total	<u>905</u>	<u>7.828</u>	<u>(727)</u>	<u>(601)</u>	<u>7.405</u>

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade

provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$8.658 (R\$6.647 em 31 de dezembro de 2016). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$8.889 (R\$7.520 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.567 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.349 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$51.128 em 31 de dezembro de 2017 (R\$70.314 em 31 de dezembro de 2016) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	23.595	19.098	-	60.121
Adições/Reversões	4.396	1.529	-	20.243
Utilizações	(186)	(33.735)	-	-
Ajuste a valor presente	(7.799)	-	313	4.765
Transferências	(20.006)	27.708	20.006	(27.708)
Saldo em 31.12.2017	-	14.600	20.319	57.421

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	14.520	-	25.144	63.506
Adições/Reversões	(38)	-	(12.962)	11.480
Utilizações	(41)	-	-	-
Ajuste a valor presente	(2.490)	-	(538)	4.233
Transferências	11.644	19.098	(11.644)	(19.098)
Saldos em 31.12.2016	23.595	19.098	-	60.121

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$33.735 (em 31 de dezembro de 2016 não haviam realizações).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.287.996 (R\$781.996 em 31 de dezembro de 2016), compostos por 1.213.269.209 ações ordinárias e sem valor nominal (680.871.466 em 31 de dezembro de 2016), integralizadas pelo valor de R\$1.188.296 (R\$739.996 em 31 de dezembro de 2016) que representam 1.112.562.138 ações (642.689.648 em 31 de dezembro de 2016).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.07.2016 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	42.000
10.02.2017	AGE	Dinheiro	12.322.275	13.000	13.000
20.02.2017	AGE	Dinheiro	52.132.701	55.000	55.000
18.04.2017	AGE	Dinheiro	82.533.814	55.000	55.000
05.05.2017	AGE	Dinheiro	7.216.495	7.000	7.000
05.06.2017	AGE	Dinheiro	43.298.969	42.000	42.000
20.06.2017	AGE	Dinheiro	101.010.101	100.000	100.000
21.08.2017	AGE	Dinheiro	122.772.277	124.000	124.000
20.12.2017(**)	AGE	Dinheiro	111.111.111	110.000	10.300
			<u>532.397.743</u>	<u>506.000</u>	<u>448.300</u>

(*) No decorrer de 2017 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 20 de julho de 2016 no montante de R\$42.000.

(**) Em 20 de dezembro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$110.000, mediante a emissão de 111.111.111 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$10.300 em dinheiro até 31 de dezembro de 2017, e o valor restante de R\$99.700 será integralizado em até três meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita de serviços prestados	316.308	263.932
Receita de serviços de construção	479.054	447.060
Outras receitas	3.971	4.013
	<u>799.333</u>	<u>715.005</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita bruta	799.333	715.005
ISSQN	(15.970)	(13.355)
PIS	(2.141)	(1.771)
COFINS	(9.881)	(8.174)
Outras deduções	(726)	(2.094)
Receita líquida	<u>770.615</u>	<u>689.611</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas:		
Com pessoal	(11.845)	(11.497)
Serviços de terceiros	(3.072)	(4.808)
Manutenção de bens e conservação	(862)	(505)
Depreciação / Amortização	(1.281)	(1.174)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(4.836)	(7.101)
Comunicação e marketing	(1.389)	(1.116)
Seguros/Garantias	(21)	(16)
Consumo	(1.704)	(1.489)
Transportes	(719)	(584)
Outros	(2.393)	(2.810)
Total	<u>(28.122)</u>	<u>(31.100)</u>

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(479.054)	(447.060)
Com pessoal	(22.337)	(21.386)
Serviços de terceiros	(34.298)	(32.877)
Conservação	(16.112)	(13.724)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(4.007)	(4.299)
Consumo	(7.197)	(5.940)
Transportes	(4.621)	(4.560)
Verba de fiscalização	(11.451)	(10.798)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.216)	(1.083)
Seguros / Garantias	(3.408)	(3.216)
Provisão de manutenção em rodovias	(21.772)	(11.480)
Depreciação / Amortização	(91.623)	(67.055)
Outros	(2.104)	(2.150)
Total	<u>(699.200)</u>	<u>(625.628)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	3.777	4.759
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	2.706	-
Outras receitas	745	452
Total	<u>7.228</u>	<u>5.211</u>

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(87.019)	(99.693)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	(1.054)
Outras despesas	(2.408)	(3.704)
Total	<u>(89.427)</u>	<u>(104.451)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	74.704	49.774
Juros capitalizados	52.763	57.111
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(101.201)	(24.616)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(26.246)	(45.040)
Número de ações durante exercício	<u>925.745</u>	<u>515.247</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,0284)</u>	<u>(0,0874)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

	Nível	31.12.2017			31.12.2016		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	-	16.373	-	-	39.335	-
Partes relacionadas	Nível 2	37	-	-	2.431	-	-
Contas a receber clientes	Nível 2	15.138	-	-	12.683	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	24.643	-	-	22.757	-
Outras contas a receber	Nível 2	1.175	-	-	1.209	-	-
Fornecedores e cauções	Nível 2	-	-	41.222	-	-	60.706
Fornecedores - Risco sacado	Nível 2	-	-	4.266	-	-	3.483
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	558.587	-	-	602.001
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	823.713	-	-	752.089
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	-	961	-	-	913
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	14.338	-	-	4.335
		<u>16.350</u>	<u>41.016</u>	<u>1.443.087</u>	<u>16.323</u>	<u>62.092</u>	<u>1.423.527</u>

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus

valores justos em razão de a TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(55.353)	(69.185)	(83.016)
Receita de aplicações financeiras	2.555	3.194	3.833
Juros a incorrer líquido(*)	(52.798)	(65.991)	(79.183)
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(39.468)	(49.336)	(59.203)
Juros a incorrer líquido(*)	(39.468)	(49.336)	(59.203)
Juros a incorrer (*)	(92.266)	(115.327)	(138.386)

Fonte dos índices: Relatório Focus – Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando em apresentadas conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$13.500 (R\$11.065 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
BNDDES Automático	9,32%	97.644	97.644	97.644	97.644	360.333	750.909
Risco sacado	17,18%	4.313	-	-	-	-	4.313
Fornecedores e cauções	-	41.222	-	-	-	-	41.222
Outras contas a pagar	-	3.873	10.465	-	-	-	14.338
Partes relacionadas	10,20%	41.772	927.877	-	-	-	969.649
Fornecedores partes relacionadas	-	2.234	-	-	-	-	2.234
		<u>191.058</u>	<u>1.035.986</u>	<u>97.644</u>	<u>97.644</u>	<u>360.333</u>	<u>1.782.665</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2018	01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	Total
BNDDES Automático	9,32%	24.411	24.411	24.411	24.411	97.644
Risco sacado	17,18%	4.313	-	-	-	4.313
Fornecedores e cauções	-	36.382	3.852	988	-	41.222
Outras contas a pagar	-	3.584	265	21	3	3.873
Partes relacionadas	10,20%	41.772	-	-	-	41.772
Fornecedores partes relacionadas	-	2.234	-	-	-	2.234
		<u>112.696</u>	<u>28.528</u>	<u>25.420</u>	<u>24.414</u>	<u>191.058</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	133.431

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é de R\$60.653.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A seguir relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
05.01.2018	AGE	5.500
22.01.2018	AGE	16.000
31.01.2018	AGE	1.500
05.02.2018	AGE	6.000
20.02.2018	AGE	10.000
		<u>39.000</u>

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DA AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. (“Companhia” ou “Litoral Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Litoral Sul, uma das dez concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 358,6 quilômetros, trecho que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116, (km 71,1 ao 115,2) a BR-376, (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 244,7), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Praça de pedágio de São José dos Pinhais – P1	Km 637+600 BR 376	2,60
Praça de pedágio de Garuva – P2	Km 001+350 BR 101	2,60
Praça de pedágio de Araquari – P3	Km 079+400 BR 101	2,60
Praça de pedágio de Porto Belo – P4	Km 159+000 BR 101	2,60
Praça de pedágio de Palhoça – P5	Km 243+000 BR 101	2,60

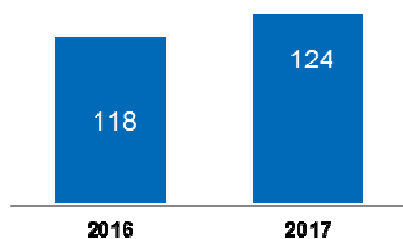
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 124 milhões de veículos equivalentes em 2017, um aumento de 5,3% quando comparado ao exercício anterior. Principal motivo dessa variação deriva da melhora da economia de Santa Catarina, com um crescimento do PIB acima da média nacional além de ser o estado que mais rápido recuperou a variação negativa de 2016, acarretando em um aumento no fluxo de veículos.

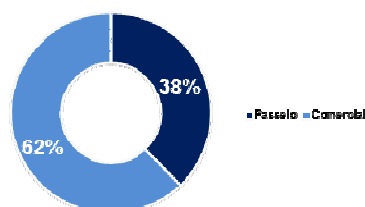
Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego

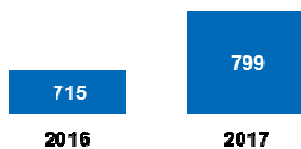
Ano 2017



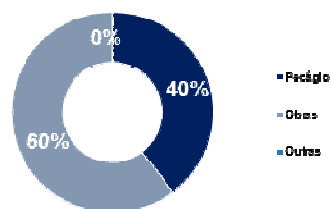
Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$799 milhões em 2017, um aumento de 11,8% em relação aos R\$715 milhões registrados em 2016.

Receita Bruta (R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta (Ano 2017)



A receita de pedágio cresceu 19,8%, passando de R\$263,9 milhões em 2016 para R\$316,3 milhões em 2017. A variação deve-se ao aumento no tráfego juntamente ao reajuste tarifário que ocorreu em fevereiro/2017, onde a tarifa passou de R\$2,30 para R\$2,60.

A receita de obras cresceu R\$32 milhões (7,2%), passando de R\$447 milhões em 2016 para R\$479 milhões em 2017. O crescimento refere-se ao elevado número de processos de desapropriações, bem como, andamento do Contorno de Florianópolis, principal obra em execução.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$3,9 milhões em 2017, representando apenas 0,5% da receita bruta.

No ano de 2017, a Companhia obteve receita líquida de R\$770,6 milhões, um crescimento de R\$81 milhões em relação ao ano de 2016.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2017	2016	Var.
Custo dos serviços de construção	(479,05)	(447,06)	7,2%
Serviços de terceiros	(37,37)	(37,69)	-0,8%
Pessoal	(34,18)	(32,88)	4,0%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(21,77)	(11,48)	89,7%
Conservação	(16,11)	(13,72)	17,4%
Verba de fiscalização	(11,45)	(10,80)	6,0%
Seguros e garantias	(3,43)	(3,23)	6,1%
Remuneração da Administração	(1,95)	(1,87)	4,2%
Consumo	(8,90)	(7,43)	19,8%
Outros	(21,03)	(24,18)	-13,1%
Custos e despesas	(635,24)	(590,34)	7,6%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram um aumento de 7,6% em 2017 comparado ao exercício de 2016. A variação é justificada principalmente pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- O Custo de Obras apresentou um acréscimo de R\$32 milhões principalmente devido ao maior ritmo das obras do Contorno de Florianópolis. Outro fator foi o volume de desapropriações realizadas em 2017, o que provocou um aumento no volume de pagamentos.
- Na Provisão para Manutenção em Rodovias o incremento de R\$10,3 milhões deve-se as realizações das obras.
- Para Conservação ocorreram reajustes contratuais das empresas que realizam o serviço de conserva e monitoração.
- Para o Consumo a variação referente a gastos de energia elétrica com os novos pontos de iluminação instalados na rodovia durante o exercício de 2016.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2017	2016	Var.
Receita líquida	770,6	689,6	11,7%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(635,2)	(590,3)	7,6%
EBITDA ¹	135,4	99,3	36,4%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	21,8	11,5	89,7%
EBITDA Ajustado ²	157,1	110,8	41,9%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2017 em R\$157,1 milhões, uma variação positiva em relação ao ano anterior. O acréscimo de 41,9% refere-se principalmente refere-se a aumento na receita de pedágio, considerando incremento de tarifa e aumento de tráfego.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2017	2016	Var.
Receitas Financeiras	7,2	5,2	38,7%
Despesas Financeiras	(89,4)	(104,5)	-14,4%
Resultado Financeiro Líquido	(82,2)	(99,2)	-17,2%

Em 2017, a Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$82,2 milhões, o que representa uma melhora de 17,2% em comparação com o ano de 2016.

Em 2017 a receita financeira totalizou R\$7,2 milhões, um aumento de R\$2 milhões em relação ao ano anterior. Um dos principais fatores que contribuíram para essa variação foi a devolução de um depósito

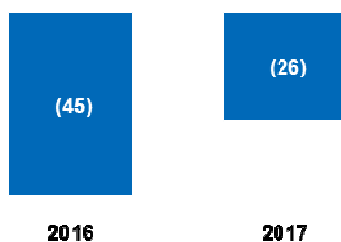
judicial realizado para garantir multas com o órgão regulatório, que foi substituído por um seguro garantia. O depósito judicial foi reajustado gerando rendimentos financeiros.

As despesas financeiras apresentaram uma redução de R\$15,1 milhões em comparação a 2016, que representa uma redução de 14,4%. Esse movimento é decorrente da diminuição das taxas de juros que incidem sobre os financiamentos, além de uma menor dívida bruta média ao longo de 2017.

Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o ano de 2017 com um prejuízo líquido de R\$26 milhões, uma melhora expressiva de 42,2% em relação ao ano de 2016. Essa melhora é derivada, dentre outros, do incremento da tarifa, aumento do tráfego e melhora no resultado financeiro.

Prejuízo Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016	Var.
Dívida Bruta	562,85	605,48	-7,0%
Curto Prazo	60,62	54,80	10,6%
Longo Prazo	502,23	550,69	-8,8%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	41,02	62,10	-34,0%
Dívida Líquida	521,84	543,38	-4,0%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento bruto totalizou R\$562,9 milhões, uma redução de R\$ 42,6 milhões (7%) em relação ao ano anterior. A dívida bruta é composta pelo empréstimo de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2017 em R\$521,8 milhões, redução de R\$21,6 milhões em relação ao montante de R\$543,4 milhões registrado no encerramento do exercício de 2016. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado, ficou em 3,3 vezes.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$522,9 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, dentre os quais vale destacar: (i) Implantação de Ruas Laterais; (ii) Implantação de Trevos e Viadutos; (iii) Construção do Contorno de Florianópolis; (iv) Alargamento e Reforço de pontes ao longo da Rodovia; (v) Execução de novas pontes e (vi) Recuperação de pavimentos e de sinistros.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2017	2016
Empregos Diretos	692	696
Rotatividade	2,29%	2,90%

No que concerne à diversidade, a Autopista Litoral Sul apresenta uma participação majoritária de 51,73% de mulheres, contra 48,27% de homens. A média de idade está concentrada em 32 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 69% dos profissionais. Vale mencionar que 10% possuem superior completo.

Ao longo de 2017, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. As atividades envolveram uma média de 23,37 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL - SUSTENTABILIDADE

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio é reflexo do respeito às pessoas,

aos recursos e ao meio ambiente – condições essenciais para que a sua missão de atuar de forma relevante para o desenvolvimento da infraestrutura do País se concretize de forma perene e com benefícios para o público.

A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

Ano a ano, a Arteris investe em obras de ampliação, melhoria e conservação das rodovias sob sua administração, estabelecidas nos contratos de concessão para assegurar aos usuários vias cada vez mais modernas e seguras.

As ações de engenharia não são as únicas em curso para que as rodovias sejam mais seguras. Programas de sensibilização, conscientização e educação para um trânsito mais seguro têm se mostrado fundamentais, tanto que os acidentes fatais nas rodovias administradas pela companhia já foram reduzidos em 36% na atual década. A meta é reduzir ainda mais: 50% do total de acidentes nas rodovias sob concessão no período 2011-2020.

Entre as ações mais relevantes dessa estratégia estão o Grupo Estratégico de Redução de Acidentes, as parcerias com órgãos públicos e privados, como é o caso do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito e a construção de espaços permanentes de diálogos com diferentes grupos em torno do tema, como aqueles que acontecem durante o Mês de Segurança no Trânsito e a realização do Fórum Arteris de Segurança.

No Grupo Estratégico de Redução de Acidentes (GERAR), a Arteris realiza estudos e planos de ação para zerar o número de acidentes no ambiente de trabalho e reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias administradas pelo Grupo. Junto ao Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, apoia a realização de iniciativas de segurança viária em diversas frentes, especialmente disseminando mensagens de segurança por meio de campanhas. No Mês da Segurança Arteris, promove ação de conscientização pioneira no setor de concessões de rodovias. No Fórum Arteris de Segurança, o Grupo tem a oportunidade ímpar de reunir especialistas para compartilhar e trocar experiências na busca de soluções inovadoras para a questão da segurança viária no Brasil e no mundo.

Educação

A educação e a humanização do trânsito são prioridades na atuação da Arteris. Pensando nisso, a companhia criou o Projeto Escola, que, há 16 anos, desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação relacionadas à segurança no trânsito. Os números do programa chamam atenção: 287 mil alunos, 16,3 mil professores, 590 escolas públicas e unidades da Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), 138 municípios e 5 estados.

Além do Projeto Escola, a Arteris também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança nas comunidades lindeiras como o Viva Pedestre e o Passarela Viva, que conscientizam os pedestres sobre a importância de circular com segurança, atravessar a rua olhando para os dois lados e utilizar corretamente as passarelas e calçadas construídas na faixa de domínio das rodovias.

Assim como os pedestres, os ciclistas também recebem atenção especial nas campanhas de conscientização realizadas pelas concessionárias da Arteris. Por meio do programa Viva Ciclista, o Grupo promove ações educativas com foco na conscientização para prevenção de acidentes.

O Viva Motociclista também promove ações para os usuários de moto nas rodovias administradas pelo Grupo. Entre os serviços prestados estão ações práticas de segurança que muitas vezes ficam negligenciadas, como a limpeza dos capacetes e a cristalização das viseiras.

A companhia também criou o Tô de Cinto, Tô Seguro, por meio do qual conscientiza usuários de transporte público sobre a necessidade do uso do cinto em todas as viagens.

Já o Viva Seguro leva para empresas, escolas e organizações dos municípios da área de abrangência os conhecimentos internos do Grupo sobre segurança no trânsito.

O Viva Comunidade amplia o alcance dos programas sociais da companhia e reforça valores da educação no trânsito e da atitude cidadã. O projeto leva os programas sociais já desenvolvidos pelo Grupo para além dos limites da rodovia.

Saúde

Comprometida com a segurança e o bem-estar dos usuários das rodovias que administra, a Arteris realiza a campanha Saúde na Boleia, que possibilita o acesso gratuito a exames médicos, vacinação, palestras e

conscientização em saúde. Com uma abordagem preventiva, que estimula a realização de exames, o Programa já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros.

Meio Ambiente

Comprometida com os cuidados com o meio ambiente, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas e plantio de mudas de vegetação nativa. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual o Grupo acompanha a execução das ações nesta área. A companhia ainda faz reciclagem de lixo e possui convênios com universidades para o controle da fauna.

Além disso, a Arteris criou projetos de educação ambiental para incentivar ainda mais a consciência e responsabilidade com o planeta. O programa Viva Meio Ambiente, por exemplo, leva educação ambiental para escolas públicas e unidades da Apae (Associação dos Pais e Amigos de Excepcionais) da área de concessão. Criado em 2009, o Projeto é aplicado em 590 instituições, pertencentes a 138 municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Projetos culturais, sociais e esportivos

A fim de promover cultura e esporte, a companhia apoia projetos locais por intermédio do incentivo fiscal. Nessas oportunidades, a Arteris promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades estabelecidas em cidades lindeiras às rodovias.

As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis já foram contempladas por grandes exposições, como Salvador Dalí, Joan Miró, Pablo Picasso e Antoni Gaudí patrocinadas pelo Grupo. Além da Escola de Teatro Bolshoi, Projeto Guri, Festival ChorandoSemParar, Natal Luz de Lages (SC), Projeto Kimono de Ouro de Araras (SP), Projeto Amparo (Idosos), GRAAC, AACD, Fundação Dorina Nowill e Hospital de Câncer de Barretos.

Voluntariado

O Programa Voluntários oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de participar de ações voluntárias, aumentando a prática da cidadania e o compromisso com os valores da companhia, agregando, assim, valor ao negócio. O Programa direciona os colaboradores do Grupo com o objetivo de

construir uma rede cada vez mais ampla de pessoas engajadas socialmente, movidas pelo sentimento colaborativo, promovendo o melhor relacionamento entre os profissionais, comunidade e companhia.

As iniciativas são definidas de acordo com as necessidades locais. Podem envolver, por exemplo, entretenimento e diversão para crianças hospitalizadas, projetos de melhoria dos espaços de atendimento ou de criação de jardins, eventos de convivência social, doação de sangue, entre outros.

O Programa Lacre Amigo Arteris é uma dessas iniciativas, na qual colaboradores, familiares, usuários das rodovias, instituições e empresas parceiras atuam no recolhimento de lacres de latinhas de alumínio que viram “moeda de troca” para possibilitar a doação de cadeiras de rodas a diversas instituições. Desde 2011, o projeto já entregou mais de 350 cadeiras de rodas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do Auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Joinville, 20 de fevereiro de 2018.

A Administração

Diretoria

Paulo Mendes Castro

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Conselheira

Juan Gabriel Lopez Moreno

Conselheiro

Angelo Luiz Lodi

Conselheiro

Linomar Barros Deroldo

Conselheiro

Contador

Adriano Pelek

CRC – PR 048770/O-0